

País não definiu prazo para juro

RIO — A antecipação das negociações com os bancos credores, acertada no acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), não significa que o Brasil assumiu compromisso de prazo para voltar a pagar os juros da dívida externa, segundo o negociador da dívida, embaixador Jório Dauster. Ele afirmou, ontem, que pretende marcar para a primeira quinzena de outubro o primeiro encontro com o comitê assessor de bancos, em Nova York.

"Vamos pagar quando, quanto e como pudermos e não há prazo definido para isso", disse Dauster. De acordo com ele, o Brasil só volta a pagar aos banqueiros no momento em que a economia estiver num estágio em que esses recursos não causem inflação ou recessão. Embora ressalve que "o objetivo é acabar o mais rápido possível", Jório Dauster prefere não estimar o prazo para conclusão das negociações com os banqueiros. No caso da Venezuela, lembra, ele, o

acordo só foi concluído depois de um ano de discussões.

E essas discussões só vão começar depois que o FMI aprovar o acordo concluído com o diretor-gerente Michel Camdessus, o que deve acontecer na primeira quinzena de outubro. Antes disso, o Brasil vai tomar algumas iniciativas informais. A ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, vai aproveitar a presença de representantes de organismos internacionais durante a assembléia anual do FMI, no dia 22, em Washington, para começar a conversar com o Clube de Paris, o Banco Mundial (Bird) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O presidente do BID, Henrique Iglesias, almoçou neste final de semana, em Washington, com Dauster e o presidente do Banco Central, Ibrahim Êris, e acertou a realização de um seminário para que a ministra exponha o Plano Collor. Para a reunião do FMI, acompanharão Zélia o secretário de



Alfredo Rizzutti/AE

Dauster: "Só quando pudermos"

Política Econômica, Antônio Kandir, o presidente do BNDES, Eduardo Modiano, além de Ibrahim Êris e Dauster. Embora o acordo com Camdessus tenha custado três reuniões, o negociador da dívida brasileira diz que ele foi facilitado pelo relatório do chefe da missão do FMI no Brasil, Thomas Reichman, que deu parecer favorável.